

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2012

(Da Comissão de Legislação Participativa)

SUG Nº 200/2010 (Da Associação Paulista do Ministério Público)

Altera o texto da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, de forma a adequá-lo às disposições da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1° O art. 54 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, organizada da seguinte forma:
- a) pré-escola;

própria;

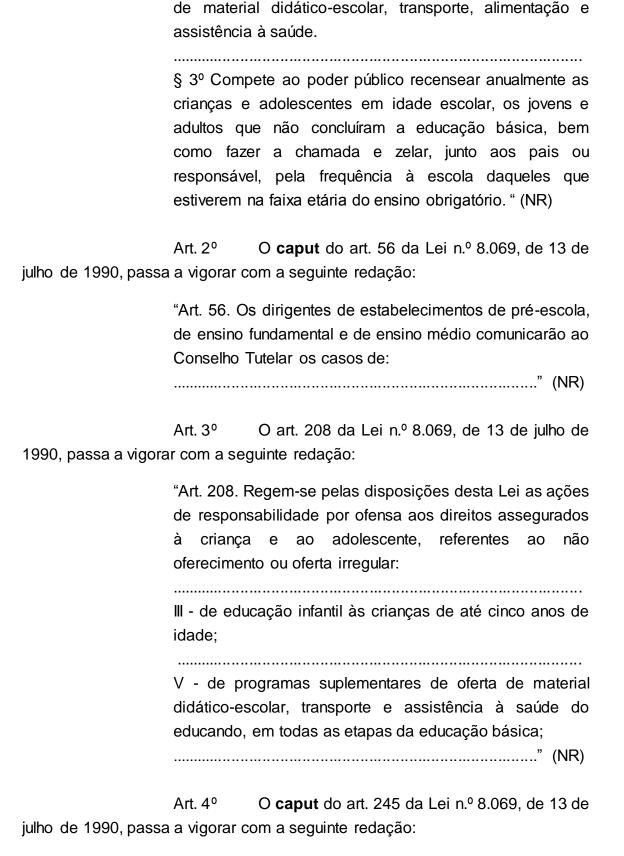
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio;
- II educação infantil gratuita às crianças de até cinco anos de idade;

.....

 IV – acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade

.....

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares



"Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde ou de oferta de ensino na educação básica de comunicar à autoridade

competente	os	caso	s de	que	tenh	a co	onhecir	mento
envolvendo	susp	eita	ou (confirm	ação	de	maus	-tratos
contra criança ou adolescente:								
							"	(NR)
Art. 5º Esta I	ei ent	ra em	vigo	na da	ıta de	sua p	oublica	ção.

Sala das Sessões, em 8 de agosto de 2012.

Deputado DR. GRILO Vice-Presidente, no exercício da Presidência